



Introdução

“Um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações” (*Plano de Desenvolvimento Social. Lisboa, IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002, p. 15*)

Decorrido mais de um ano sobre a implementação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Évora (PDS), aprovado em sede de Conselho Local de Ação de Évora (CLASE) em abril de 2013, importa, como previsto na metodologia, criar condições para que se avalie a execução das medidas propostas e, sobretudo para que se reflita e reequacione os quadrantes de aplicação, face a uma realidade social cada vez mais em permanente alteração e mediante problemáticas cada vez mais globalizantes, cuja perspetiva de resolução assenta numa articulação alargada de esforços, recursos e vontades.

Tratando-se do documento orientador de toda a intervenção social do concelho, procurou-se nesta primeira monitorização, relativa ao ano 2013, que houvesse o envolvimento do tecido social local fazendo enfatizar a importância do contributo de cada um para o sucesso deste processo, por forma a obter informação relevante sobre as ações que se vão concretizando.

Do total das 106 entidades representadas no CLASE responderam ao pedido de informação 36 membros, o que representa cerca de 34% das instituições conselheiras.

À data participaram na primeira monitorização do PDS:

- Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício;
- Agrupamento de Escolas nº 4 de Évora;

- Associação de Idosos e Reformados de São Vicente do Pigeiro;
- Associação de Idosos de Valverde;
- Associação de Paralisia Cerebral de Évora;
- Associação para o Planeamento da Família;
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Évora;
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Évora;
- Administração Regional de Saúde do Alentejo – Unidade de Cuidados na Comunidade;
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Horta Figueiras;
- Associação de Reformados e Idosos da Malagueira;
- Associação “Os Amigos de S. Manços”;
- Banco de Tempo de Évora;
- Câmara Municipal de Évora;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora;
- Centro Social e Paroquial da Boa-Fé;
- Centro Social e Paroquial da Torre de Coelheiros;
- Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação de Évora;
- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;
- EAPN – European Anti Poverty Network;
- Equipa de Intervenção Precoce;
- Fundação Eugénio de Almeida;
- Guarda Nacional Republicana de Évora;
- Habévora;
- Junta de Freguesia Canaviais;
- União das Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro;
- Lar St^a Helena;
- Liga dos Combatentes de Évora;

- Metalentejo;
- Obra S. José Operário;
- Associação Pão e Paz;
- Polícia de Segurança Pública de Évora;
- Santa Casa Misericórdia;
- Suão;
- Unidade de Intervenção Local – Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências;
- Universidade Sénior de Évora.

Importa referir que a metodologia gizada para a recolha de dados contemplou um pedido formal enviado via email e via ofício, vários contactos telefónicos e diversas reuniões de trabalho com instituições.

Se quantitativamente o índice de informação recolhida nos poderá fazer questionar o grau de envolvimento e participação das entidades, podemos concluir que este é um passo que fará crescer qualitativamente o PDS, uma vez que conduzirá, necessariamente, a uma reflexão conjunta sobre o redimensionamento e justaposição das medidas às fragilidades locais. Foi necessário interpretar algumas das respostas para melhor as categorizar relativamente às metas anteriormente estabelecidas para o PDS, uma vez que não existiu uma uniformidade por parte de todos os agentes em termos de metodologia de respostas apresentadas.

O PDS deve ser visto como um documento dinâmico, em contínua adaptação à realidade identificada, monitorizada através dos agentes que integram o CLASE. É assim um documento fundamental para que os esforços desenvolvidos nestas matérias possam ser direcionados para o combate concreto às necessidades reais do concelho. Deve ainda orientar para a possibilidade de execução ou não das metas definidas anteriormente, e guiar a sua revisão ou ajustamento sempre que se julgue pertinente. A monitorização do PDS permitirá uma reflexão sobre a sua execução, no sentido de avaliar a sua eficácia e eficiência.

A avaliação que a seguir se apresenta será organizada pelos quatro eixos do PDS, destacando-se em cada um deles as metas atingidas.

Importa referir que apenas serão alvo de análise as medidas para as quais foram apresentadas metas para atingir.

Eixo 1 – Envelhecimento populacional

Relativamente a este eixo serão analisadas 5 medidas de intervenção, nomeadamente: envelhecimento ativo, acesso a direitos, proteção e segurança, boas práticas e eficácia da rede de apoio domiciliário e outras respostas, de acordo com o quadro 1:

Medidas	Metas
Envelhecimento ativo	Promover Iniciativas diversificadas pelas seguintes áreas: - Desporto / atividade física - Cultura: teatro, música, dança, pintura e escrita - Informática e línguas - Artes tradicionais
	Promover iniciativas intergeracionais
Acesso a direitos	Criar unidade de rede para conceber proposta(s) e apresenta-las ao ministério competente (saúde mental, violência doméstica, pobreza)
Proteção e segurança	Criar 4 núcleos de vizinhança
	Aumentar em 15% o acesso à teleassistência
	Identificar / criar mini-redes de voluntariado de proximidade
	Conceber diagnóstico do CH
Boas Práticas	Apresentar ao CLASE pelo menos 3 projetos inovadores
Eficácia da rede de apoio domiciliário e outras respostas	Criar uma unidade de rede para conceber proposta de melhoria e aumento da eficiência, a apresentar à tutela
	Criar rede de gestão integrada de ajudas técnicas

Este eixo apresenta em relação ao ano 2013, uma percentagem de concretização na ordem dos 30%, encontrando-se em desenvolvimento no ano 2014 cerca de 50% das ações, o que conduz a uma taxa de não concretização até à data de 20% (2 medidas).

As duas medidas que não foram executadas em 2013 são:

Medida	Meta prevista
Proteção e segurança	Criar 4 núcleos de vizinhança
Eficácia da rede de apoio domiciliário e outras respostas	Criar uma unidade de rede para conceber uma proposta de melhoria e aumento da eficiência, a apresentar à tutela

No que concerne à eficácia da rede de apoio domiciliário e outras resposta, questionada a tutela desta matéria (ISS, IP), foi o Núcleo Executivo do CLASE informado da impossibilidade legal desta ação. De acordo com o ofício remetido pelo ISS, IP em 2 de junho de 2014 “ *O Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro vem estabelecer uma maior autonomia funcional às IPSS e, neste sentido, as instituições escolhem livremente as duas áreas de atividade e prosseguem autonomamente a sua ação. A tutela das IPSS não pode constituir limitações ao direito de livre atuação das instituições. Com respeito pelas disposições estatutárias e pela legislação em vigor as instituições estabelecem livremente a sua organização interna, e nesta conformidade, este Centro Distrital é de parecer desfavorável à implementação de um programa piloto, uma vez que a IPSS dispõem de autonomia de acordo com o decreto-lei referido e com os seus estatutos, aliado igualmente ao princípio do direito à liberdade de escolha dos clientes*”.

Foi criada uma base de dados para gestão partilhada das ajudas técnicas, bancos de vestuário e calçado, artigos de puericultura e segurança infantil, a mesma foi aferida e disponibilizada às instituições que aderiram a esta medida. A ferramenta continua disponível para utilização desde que os parceiros manifestem interesse.

Na área do envelhecimento ativo foram realizadas 37 iniciativas, três com carácter intergeracional, por parte de 17 entidades, envolvendo cerca de 2.400 beneficiários.

Na área do acesso a direitos somos a destacar a criação da unidade de rede de saúde mental, a qual conta com a participação da Metalentejo, Aliança Social e Terapêutica de Évora e Núcleo de Psicologia do Alentejo.

Foram identificados 5 núcleos de voluntariado de proximidade da responsabilidade da Fundação Eugénio de Almeida e Agência de Évora do Banco do Tempo, que acompanham 68 idosos.

Por último, de salientar que na medida proteção e segurança a meta que previa aumentar em 15% a resposta de teleassistência foi superada, uma vez que se registou um crescimento de

52%. Foram criadas condições para acesso a 120 equipamentos de teleassistência, e até à data foram implementados 25 contratos gratuitos durante o primeiro ano de adesão.

Eixo 2 – Combate à pobreza e exclusão social

Neste eixo serão analisadas 4 medidas, nomeadamente: ocupação de beneficiários RSI, capacitação, paliativas e emergência social, empreendedorismo e responsabilidade social, de acordo com o quadro 2:

Medidas	Metas
Ocupação beneficiários RSI	Aumentar o número de organizações aderentes à atividade socialmente útil e, conseqüentemente, o número de beneficiários
Capacitação	Promover pelo menos 10 respostas na área da capacitação dos beneficiários dos apoios sociais e/ou desempregados
	Criar 2 grupos de entreajuda (alcoolismo e pobreza)
Paliativas / Emergência Social	Desenvolver pelo menos 3 iniciativas de angariação de donativos para o combate à pobreza e exclusão
	Aumentar em 50% os parceiros do “Solidévora”
Empreendedorismo e responsabilidade social	Aumentar em 50% a participação do setor empresarial e/ou trabalho no CLASE
	Garantir a participação do CLASE noutros fóruns locais, através de, pelo menos, 4 apresentações nesses fóruns
	Promover pelo menos 10 iniciativas de informação, sensibilização, esclarecimento e promoção da inclusão social e combate à exclusão social

No ano em questão este eixo encontrou uma taxa de concretização de 25%, o que corresponde a duas metas atingidas, a saber:

- “Promover pelo menos 10 iniciativas de informação, sensibilização, esclarecimento e promoção da inclusão social e combate à exclusão social” em que se realizaram 37 atividades num total de 1173 participantes, protagonizadas por 8 instituições.

- “Desenvolver pelo menos 3 iniciativas de angariação de donativos para o combate à pobreza e exclusão”, dado que durante o ano 2013 foram concretizadas pelo menos 14 atividades, desenvolvidas por 10 entidades, entre elas: Gala AjuDAR’13, Campanha Pirilampo Mágico 2013, Campanha Eu Dou, Caminhadas, Feiras de Solidariedade, Gala de Fados, Campanha Dar e Receber, Torneio Medieval.

Encontram-se em desenvolvimento as restantes seis metas, sendo que na área da capacitação já foram promovidas 7 respostas para beneficiários de apoios sociais e desempregados, desenvolvidas por 5 instituições, num total de 448 beneficiários.

No que concerne à meta “Criar 2 grupos de entreajuda” regista-se a criação de 4 grupos, 2 na área da violência doméstica dinamizados pelo Lar de Santa Helena e os outros 2 inseridos no Programa Escolhas Empowerment E5G da Delegação de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa (um grupo para pais e um grupo para profissionais docentes e não docentes).

Eixo 3 – Grupos e territórios vulneráveis

O eixo 3 apresenta três medidas para as quais foram delineadas seis metas, conforme o quadro 3:

Medidas	Metas
Prevenção	Promover pelo menos 6 ações na área da promoção da saúde e prevenção de novas substâncias psicoativas e álcool
	Promover ações de combate ao abandono escolar e insucesso através da criação de equipas multidisciplinares de apoio às escolas secundárias e EB 2, 3
Intervenção	Aumentar a equipa técnica da CPCJ
Diagnóstico	Caracterizar o perfil da pessoa com deficiência no concelho
	Identificar e caracterizar situações de isolamento social e geográfico
	Manual de recursos

Neste eixo foram atingidas 4 das 6 metas previstas, o que se traduz numa percentagem de execução de 66,7%.

A sublinhar o grau de superação da meta “Promover pelo menos 6 ações na área da promoção da saúde e prevenção de novas substâncias psicoativas e álcool”, considerando que foram realizadas 16 ações, com 89 atividades por 8 entidades locais, com uma participação superior a 500 beneficiários.

Está em desenvolvimento o Projeto EPIS que colocou uma equipa multidisciplinar na Escola Secundária André de Gouveia, com vista à mitigação do abandono e insucesso escolares.

Durante o ano 2013 a equipa da CPCJ foi reforçada com um estágio profissional na área do Serviço Social.

Para corresponder ao manual de recursos foi criado um catálogo de respostas sociais online, o qual foi disponibilizado em 2014.

As restantes medidas encontram-se em desenvolvimento ao longo do ano 2014.

Eixo 4 – Sistema de monitorização e avaliação da realidade social

No que concerne a este eixo estão previstas atingir 6 metas correspondentes a 3 medidas, designadamente:

Medidas	Metas
Qualificação	Desenvolver 10 iniciativas de qualificação e promoção de sentimentos de pertença à Rede Social, junto dos seus RH
	Conceber e executar o SIL – Sistema de Informação Local
	Criar 3 unidades de rede permanentes, junto do NE e CLASE, para as áreas do envelhecimento populacional, combate à pobreza e monitorização do plano
Participação	Revitalização das CSF (pelo menos 4)
	Executar 90% do plano de ação do CLASE
Informação e sensibilização	Realização de um encontro da Rede Social

No ano 2013, o eixo 4 apresentou uma percentagem de concretização na ordem dos 16,7%, o que corresponde a uma meta atingida, a saber: “Executar 90% do plano de ação do CLASE”.

Este eixo tem uma taxa de não concretização também de 16,7%, sendo a meta por atingir “Conceber e executar o SIL – Sistema de Informação Local”. Todavia, devemos frisar que esta ação encontrou execução em maio de 2014.

Podemos concluir que a execução das restantes ações transitou para o ano de 2014 encontrando-se todas elas, ainda, em curso.

Conclusão

Até ao momento verifica-se um cumprimento de cerca de 33% das metas previstas no PDS 2013-2016, o que nos permite fazer um balanço positivo do grau de execução geral do plano uma vez que estamos perante uma relação direta entre as metas executadas e o período de tempo decorrido.

Além dos resultados apresentados anteriormente o NE do CLASE, mediante os contributos recebidos para este processo de monitorização, considera oportuno evidenciar o seguinte trabalho da rede:

Eixo 1 – Envelhecimento Populacional:

Na problemática relacionada com o isolamento e insegurança e solidão destaca-se para além dos núcleos de voluntariado de proximidade, o trabalho desenvolvido ao nível da sensibilização e informação aos idosos que registaram 8 instituições envolvidas, e neste, o trabalho sistemático desenvolvido pelas forças de segurança, nomeadamente a PSP e a GNR.

Relativamente à necessidade de qualificação das respostas e no âmbito da medida “Programa Integrado de Formação e Qualificação dos Recursos Humanos da Rede Social” foram desenvolvidas 13 ações por 4 entidades, abrangendo um total de 678 beneficiários.

Destaca-se também a resposta dada pela Câmara Municipal de Évora através do Cartão Social do Município, que abrangeu 768 utentes, traduzindo-se num apoio de 83.080,06€ em participações de medicamentos e outras despesas de saúde.

Eixo 2 – Combate à Pobreza e Exclusão Social

Relativamente à medida “Aumento das respostas paliativas/pecuniárias” integrada na problemática Pobreza / Emergência Social tem relevo o protocolo de colaboração entre a Fundação Eugénio de Almeida e a Cáritas Diocesana de Évora para apoio a famílias carenciadas no valor de 164.621,00€. Destaca-se também o trabalho desenvolvido pelas lojas sociais, bancos de alimentos, bancos de manuais escolares, programa de suplementos alimentares nas escolas e o fornecimento diário de 94 refeições pela Associação Pão e Paz.

Na medida “Potenciar respostas da administração pública” enfatiza-se a aquisição de 40 habitações de carácter social no âmbito do programa Pro-Habita pela Empresa Municipal Habévora.

A Câmara Municipal de Évora apoiou 46 agregados familiares através das respostas do Cartão Évora Solidária.

Eixo 3 – Grupos e territórios vulneráveis

Neste grupo de intervenção dá-se também relevo às ações promotoras de competências parentais e cognitivas que abrangeram 556 beneficiários num, total de 17 atividades dinamizadas por 8 instituições.

Foi disponibilizado um Manual de Recursos com equipamentos e respostas para as áreas da infância e juventude pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora.

Eixo 4 – Sistema de monitorização e avaliação da realidade social

Considerando que as metas previstas para este eixo estão em curso durante o ano 2014, o Núcleo Executivo continua empenhado em aperfeiçoar este eixo para que consiga proporcionar o máximo de informação a utilizar nos momentos de avaliação do PDS.

Apelamos que aqueles que nos queiram acompanhar nesta tarefa nos façam chegar a sua disponibilidade para trabalharmos em conjunto.

Dos 4 eixos que orientam o plano, salientamos o elevado grau de execução do Eixo 3 – Grupo se Territórios Vulneráveis, dado que se está a avaliar unicamente o primeiro ano de implementação do PDS e o Eixo 1 – Envelhecimento Ativo, é o que apresenta mais metas por concretizar. Assim, propõe-se a reflexão e eventual redefinição/substituição de algumas das metas que compõem o PDS.

Consideramos que apesar de todos os esforços despendidos não é possível sistematizar todo o imenso e meritório trabalho que está a ser realizado pelas instituições, tendo em conta que esta monitorização contou com a participação de 34% das entidades do CLASE.